

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ 12.264.857/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. “MAPFRE BB SH2”, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal.
A MAPFRE BB SH2 é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações de seguros de segmentos elementares, incluindo seguros de automóveis, residências, industriais; e *ii* seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida, quando comercializados pelos canais *Affinity*.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2014	2013
Circulante		87.780	1.720
Disponível		8	46
Caixa	5	8	46
Equivalentes de caixa	5	25	30
Aplicações	6	85.601	1.003
Títulos e créditos a receber		1.947	641
Créditos a receber		–	1
Créditos tributários e previdenciários	11b	1.947	640
Despesas antecipadas		199	–
Ativo não circulante		2.906.435	2.683.233
Realizável a longo prazo		614	270
Títulos e créditos a receber		614	270
Créditos a receber		109	5
Créditos tributários e previdenciários	11b	–	265
Depósitos judiciais		505	–
Investimentos	7	2.905.821	2.682.963
Participações em empresas controladas		2.905.821	2.682.963
Total do ativo		2.994.215	2.684.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

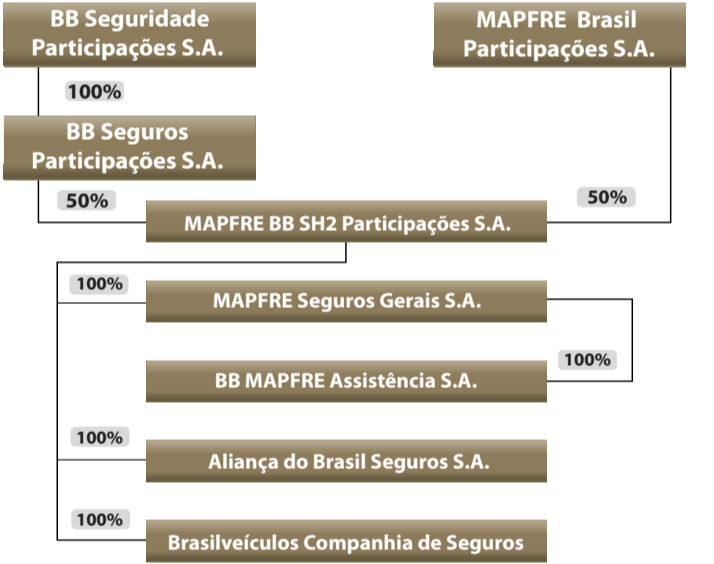
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.968.380	261.343	13.845	56.552	–	1.339	–	2.301.459
Criação da reserva de investimentos - AGOE de 26 de junho de 2013	–	–	–	–	56.552	–	–	–
Títulos e valores mobiliários (controladas)	–	–	–	–	–	(10.280)	–	(10.280)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	393.726	393.726
Distribuição do resultado:								
Reserva legal	–	–	19.686	–	–	–	(19.686)	–
Reserva de investimentos	–	–	–	–	374.040	–	(374.040)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.968.380	261.343	33.531	–	430.592	(8.941)	–	2.684.905
Títulos e valores mobiliários (controladas)	–	–	–	–	–	4.235	–	4.235
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	303.517	303.517
Proposta para distribuição do lucro do exercício:								
Reserva legal	–	–	15.176	–	–	–	–	–
Reserva de investimentos	–	–	–	–	288.341	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.968.380	261.343	48.707	–	718.933	(4.706)	–	2.992.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por “SH2”), anteriormente denominada Volda Participações Ltda., é uma sociedade anônima que tem por objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de *i*. seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residências, industriais; e *ii*. seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos Canais *Affinity*. Entende-se por Canais *Affinity* todos e quaisquer canais de distribuição destinados a vendas de seguros para clientes finais vinculados a pessoas jurídicas (clientes ou não do Banco do Brasil), incluindo, mas sem se limitar a cooperativas, instituições financeiras, redes varejistas e companhias de serviços públicos. A SH2 está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 16º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.264.857/0001-06. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE (doravante designado GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE), representado por duas Sociedades *Holdings*: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural; e b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e nos seguros de vida em geral, imobiliário e agrícola quando comercializados por canais *affinity*. Na SH2 os valores da referida parceria foram registrados pelo valor patrimonial. Em 1º de novembro de 2014, houve uma reestruturação societária já prevista nos planos da Administração que foi a incorporação da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. pela MAPFRE Seguros Gerais S.A. A incorporação se deu a valor contábil mediante aprovação da SUSEP por meio da carta 206/2014/SUSEP-SEGER em 10 de junho de 2014. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil na data-base da operação, em 1º de novembro de 2014, pelo montante de R\$ 452.034. Em decorrência, a MAPFRE Seguros Gerais S.A. passou a condição de sucessora a título universal da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., em todos os seus bens, direitos e obrigações, assumindo integralmente seus acervos patrimoniais. A incorporação propiciou maior sinergia e simplificação do modelo operacional, com consequente otimização de custos e de capital regulatório. As participações da SH2 nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2014, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012, eram as seguintes:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A SH2 está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36- Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (a) Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (b) A SH2 não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (c) A SH2 não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e (d) A controladora intermediária da SH2, que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2015. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2013, conforme requerido pelas práticas contábeis. **c) Continuidade:** A Administração considera que a SH2 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **e) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da SH2. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • **Nota 6** - Aplicações; • **Nota 11b** - Créditos tributários. **g) Segregação entre circulante e não circulante:** A SH2 efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **h) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a SH2 e suas controladas, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo macro *hedging*) o Comitê do IASB adia a data de implantação dessa norma para 1º de janeiro de 2018. A SH2 também está avaliando os efeitos que o IFRS 15 (receita de contratos com clientes) vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A SH2 ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A SH2 considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Aplicações:** A SH2 classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i*. *Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A SH2 gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seu valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *ii*. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii*. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mantidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ou valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido dos efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. *iv*. *Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa 6. **c) Redução do valor recuperável:** *i*. *Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros, resultados abrangentes. *ii*. *Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revistos para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há

A Companhia controla diretamente as seguradoras MAPFRE Seguros Gerais S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. Visando à maior simplicidade do modelo operacional, em 1º de novembro de 2014 a MAPFRE Seguros Gerais incorporou a totalidade do patrimônio da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., empresa controlada pela MAPFRE Seguros Gerais.

Em 2014, a MAPFRE BB SH2 apresentou lucro líquido de R\$ 303,5 milhões, 39,8% superior ao exercício anterior, quando excluídos os resultados não recorrentes, substancialmente provenientes da adesão ao REFIS, registrados em 2013 no montante de R\$ 210,2 milhões, na MAPFRE Seguros Gerais. Os prêmios emitidos por estas Seguradoras, inclusive pela incorporada, totalizaram R\$ 8.845,7 milhões, 13,5% acima dos registrados

Passivo	Notas	2014	2013
Circulante		1.558	48
Contas a pagar		1.558	48
Obrigações a pagar		5	2
Impostos e encargos sociais a recolher		38	46
Impostos e contribuições	8	1.515	–
Patrimônio líquido	9	2.992.657	2.684.905
Capital social		1.968.380	1.968.380
Reservas de capital		261.343	261.343
Reserva de lucros		767.640	464.123
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(4.706)	(8.941)
Total do passivo		2.994.215	2.684.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	261.343	13.845	56.552	1.339
Criação da reserva de investimentos - AGOE de 26 de junho de 2013	–	–	56.552	–
Títulos e valores mobiliários (controladas)	–	–	–	(10.280)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–
Distribuição do resultado:				
Reserva legal	–	19.686	–	–
Reserva de investimentos	–	–	374.040	–
Saldo em 31 de dezembro de 2013	261.343	33.531	430.592	(8.941)
Títulos e valores mobiliários (controladas)	–	–	–	4.235
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–
Proposta para distribuição do lucro do exercício:				
Reserva legal	–	15.176	–	–
Reserva de investimentos	–	–	288.341	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	261.343	48.707	718.933	(4.706)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a SH2. Não existem diferenças entre as políticas contábeis adotadas pela SH2 e suas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a SH2 determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da SH2 em suas controladas. A SH2 determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a SH2 calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **e) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o passivo que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a SH2 tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualizações das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que estão reconhecidos no resultado. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administração da SH2 adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e aplicações financeiras são realizadas com suas partes relacionadas (BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), as quais desenvolvem suas atividades conforme as políticas e diretrizes estabelecidas pelo GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE. A SH2 atua como uma *holding* e desta forma, através de suas investidas apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, risco de subscrição, risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. **Risco de subscrição:** As investidas definem risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem riscos significativos são aqueles onde as investidas possuem a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento as investidas entendem que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que as investidas incorreriam para fazer face aos eventos de sinistros. As investidas utilizam estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importânciais seguradas elevadas. **Risco de crédito:** Representa o risco de prejuízo financeiro da SH2 e suas controladas caso um cliente ou contra parte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A exposição máxima que a SH2 e suas controladas estão sujeitas para esse risco está representada pelos respectivos saldos consignados nas demonstrações financeiras. **Risco de mercado:** É a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, que estão principalmente relacionadas a atualização de passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de liquidez:** Representa o risco de a SH2 e suas controladas encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Os principais passivos financeiros estão representados pelas obrigações decorrentes das contas a pagar, encargos e tributos a recolher, dividendos a pagar e outras obrigações. A SH2 garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infra-estrutura da empresa e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de crédito, de mercado e de liquidez, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. O objetivo da SH2 é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, norteado pelas diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas dos acionistas Banco do Brasil e MAPFRE, a gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos, Conformidade e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do “*Value at Risk*” (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes mdelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a SH2 e suas investidas contam com os seguintes comitês:
• **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
• **Comitê de riscos e controles internos:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.
• **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
• **Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da SH2. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais as investidas estão expostas, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da SH2. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. Nas demonstrações financeiras individuais de cada investida foram apresentadas as informações quantitativas a exposição aos riscos as quais estas estão expostas bem como os testes de sensibilidade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Bancos	25	46
Equivalentes de caixa (*)	8	30
Total de caixa e equivalentes de caixa	33	76

(*) Equivalentes de caixa são compostos por fundos de investimentos de curto, compostos substancialmente por operações compromissadas em títulos públicos federais, com vencimentos originais de até 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor.
6. APLICAÇÕES
a) Resumo da classificação:

Descrição	2014	2013
Valor justo por meio do resultado	85.601	1.003
Funções exclusivas	–	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	–	1.003
Quotas de fundos de investimentos abertos (*)	85.601	100%
* Em 31 de dezembro de 2014, compreende substancialmente, operações compromissadas com lastro em títulos públicos e investimentos em títulos públicos.		

em 2013. Este desempenho permitiu o incremento na participação de mercado em praticamente todos os segmentos de atuação, em conformidade com os últimos dados divulgados pela SUSEP. Valorizar e respeitar os clientes, estimular a inovação, agir de modo sustentável, valorizar os colaboradores e a busca permanente pela eficiência operacional, foram os fundamentos que permitiram o excelente desempenho em 2014. Para 2015, continuaremos sendo os princípios que nortearam a organização, sempre na busca pelo crescimento acima da média de mercado e por resultados superiores.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

A Administração

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.968.380 (R\$ 1.968.380 em 2013) e está representado por 1.506.786.466 ações nominativas e sem valor nominal (1.506.786.466 em 2013), das quais 753.393.233 (753.393.233 em 2013) são ações ordinárias, 384.230.549 (384.230.549 em 2013) são ações preferenciais classe "A" e 369.162.684 (369.162.684 em 2013) são ações preferenciais classe "B". **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Na assembleia geral extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2015 os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não sendo, portanto, registrado os dividendos mínimos obrigatórios. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de junho de 2013 com o saldo da Reserva de lucros e constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende ajustes correspondentes aos Títulos e Valores Mobiliários classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

10. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2014	2013
a) Despesas administrativas:	(2.374)	(1.662)
Honorários com conselheiros	(1.354)	(893)
Serviços de terceiros	(216)	(201)
Localização e funcionamento	(145)	(32)
Despesas com tributos	(210)	(217)
Outras despesas administrativas	(449)	(319)
b) Resultado financeiro:		
Receitas Financeiras	7.547	790
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	7.523	410
Outros	24	380

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro contábil antes dos impostos	305.296	305.296	393.461	393.461
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 9%	(76.300)	(27.477)	(98.365)	(35.411)
Resultado de equivalência patrimonial	75.031	27.011	98.583	35.490
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	195	70	-	-
Diferenças permanentes	(33)	(11)	(23)	(9)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.107)	(407)	195	70
Constituição/reversão de crédito tributário	(195)	(70)	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(1.302)	(477)	195	70
Alíquota efetiva (%)	0%	0%	0%	0%

b) Créditos tributários: O imposto de renda, a contribuição social diferidos, tributos a compensar e a variação no exercício referem-se a:

	2014	2013	Variação
Ativo	597	640	(43)
Tributos a compensar	1.350	-	1.350
IRRF sobre aplicações financeiras	1.947	640	1.307
Total circulante	-	195	(195)
Prejuízo fiscal	-	70	(70)
Base Negativa de contribuição social	-	265	(265)
Total não circulante	-	-	(265)

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) A Administração identificou como partes relacionadas à SH2, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os proventos de curto prazo providos aos conselheiros foram R\$ 1.354 (R\$ 916 em 2013).

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avaliação dos impactos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT): No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627) que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições na Lei 12.973/14 têm vigência obrigatória a partir de 2015, sendo facultativo a adoção antecipada dessa nova regulamentação fiscal para o ano-calendário de 2014. Nesse contexto, a SH2 optou por não adotar de forma antecipada os dispositivos da Lei 12.973/14, tomando como base a análise efetuada pela Administração sobre os possíveis impactos tributários dos novos dispositivos da referida Lei, a qual foi regulamentada pela Receita Federal por meio das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e nº 1.520, de 4 de dezembro de 2014.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e aos Acionistas da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE BB SH2 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.
São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 312, de 16 de junho de 2014, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Tem alcance ainda sobre as seguintes empresas: Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Seguros Gerais S.A. e BB MAPFRE Assistência S.A.
O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras antes da sua divulgação; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos, evidenciando eventuais deficiências identificadas.
O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises.
O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., em cumprimento às disposições constantes da Resolução CNSP nº 312/14. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de julho a dezembro de 2014, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em ata, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.
Sistema de Controles Internos
No segundo semestre de 2014, o Comitê reuniu-se a Administração para acompanhar a evolução da estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos aos controles internos.

Com base nas informações levadas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos das companhias abrangidas.
Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas
Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.
Auditoria Independente
O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela KPMG Auditores Independentes, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.
Auditoria Interna
O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados.
Canal de Comunicação
O Comitê de Auditoria acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela Companhia. Aprecia melhorias para aprimorar o atendimento à determinação do artigo 15, inciso VI, da Resolução CNSP nº 312/14.

Demonstrações Financeiras
Ao longo do segundo semestre de 2014, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da Administração. A respeito, debateu com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis. Examinou também o resumo das principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., da Brasilveículos Companhia de Seguros, da MAPFRE Seguros Gerais S.A. e da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, inclusive notas explicativas, relatório da Administração e da KPMG Auditores Independentes desta data, concluindo que, ponderada a manifestação do Auditor Independente relativa aos registros da PCP, tais documentos estão adequados, foram produzidos de acordo com as normas aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.
São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

Ilenor Elemar Zingler Coordenador
José Danúbio Rozo Membro Titular
Wilson Alves Feitosa Membro Titular

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. ("SH2"), sociedade do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da SH2, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o parecer da KPMG Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Adilson Nascimento Anísio Presidente
Gueitiro Matsuo Genso Membro Titular
Luiz Roberto Castiglione de Lima Membro Titular
Mauro Cesar Batista Membro Titular
São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

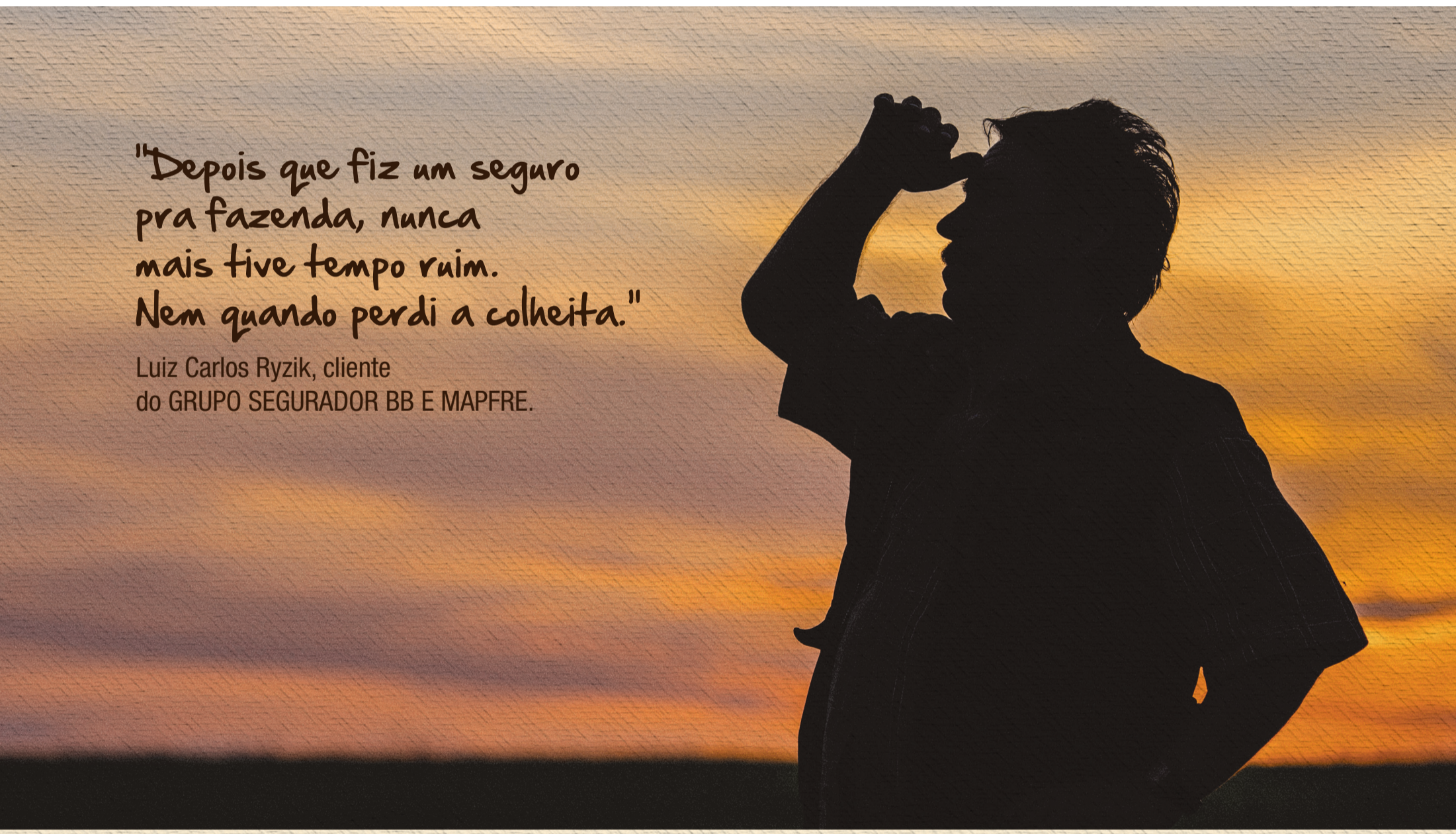
Wilson Toneto - Presidente
Osmar Fernandes Dias - Vice-Presidente
Aldemir Bendine
Andrés Jiménez Herradón
José Ramón Tomás Forés
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Thomas Timothy Traumann

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira Diretor Presidente
Roberto Barroso Diretor Vice-Presidente

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP 183717/O-5



"Depois que fiz um seguro pra fazenda, nunca mais tive tempo ruim. Nem quando perdi a colheita."

Luiz Carlos Ryzik, cliente do GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE.

Esteja onde estiver, a gente está sempre por perto para proteger você em cada um dos seus planos.

- PRESENÇA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
- MAIS DE 6,7 MIL COLABORADORES.